



# Despenalização das drogas e propinas no superior tiveram impactos positivos

Universidade Católica analisou duas alterações legislativas nos finais dos anos 1990, a pedido da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Portugal não tem tradição de avaliação de políticas públicas

## Estudo pioneiro Samuel Silva

A introdução de propinas no ensino superior, em 1997, teve um impacto positivo para o país, permitindo um aumento do número de estudantes e garantindo um retorno para o Estado. Também a estratégia de dissuasão do consumo de drogas, definida dois anos depois, resultou numa redução dos custos sociais com a toxicod dependência. As duas conclusões são de um estudo de avaliação de políticas públicas que a Universidade Católica apresenta hoje, no Porto.

O trabalho foi encomendado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) ao Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA), da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa. O documento e os seus resultados são pioneiros, uma vez que no país não há tradição de uma avaliação académica aos impactos das políticas públicas.

“Não é complicado” fazer um trabalho deste tipo, avisa Ricardo Gonçalves, investigador da Universidade Católica que coordena o estudo. É preciso é haver vontade, e em Portugal “há uma manifesta falta de vontade em fazer este tipo de avaliação”, acrescenta o académico. A análise dos impactos de uma alteração legislativa não tem grandes custos, segundo o especialista, acrescentando que na maioria dos países são os serviços do Estado que o fazem.

### Imagens positiva e negativa

No estudo, é analisada a implementação da lei n.º 113/97, que estabelece o quadro legal do financiamento do ensino superior público, bem como a resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99, que estabelece a estratégia nacional de luta contra a droga e abriu portas à despenalização do consumo de estupefacientes. A avaliação das duas mudanças é independente, mas a escolha das políticas públicas a avaliar teve como pressuposto que se olhasse para uma alteração à lei de que havia uma percepção positiva – caso da estratégia de luta contra a droga – em confronto com uma lei como as das propinas, relativamente à qual a imagem pública era negativa.



Introdução das propinas no ensino superior teve efeitos positivos

## As duas leis

### Propinas levaram mais gente para o ensino superior

A introdução de propinas no ensino superior reduziu o desequilíbrio entre o número de vagas do ensino superior e o crescente número de candidatos. Os investigadores da Universidade Católica concluem que essa alteração estimulou a abertura de mais vagas, permitindo a frequência das universidades e politécnicos por uma percentagem crescente de jovens. A lei de 1997 reintroduziu o pagamento de propinas para a frequência do ensino superior público e reorganizou os mecanismos de acção social, nomeadamente a atribuição de bolsas de estudo aos alunos mais carenciados.

### Custos sociais da droga caíram em cinco anos

Nos cinco primeiros anos de implementação da estratégia nacional de combate à droga (2000-2004), o custo social da toxicod dependência diminuiu 12%, o que permite aos investigadores da Universidade Católica concluir que a mudança legal teve “um impacto positivo”. Nesse período, os custos relacionados com a prevenção e tratamento do consumo de estupefacientes aumentaram cerca de 16% (de 50 para 59 milhões de euros), mas houve uma diminuição de 17% nos custos de saúde associados às consequências da droga, nomeadamente o tratamento de doenças infecto-contagiosas como o VIH/sida e as hepatites B e C. A diminuição do número de consumidores infectados e do número de mortes prematuras é um dos resultados positivos destacados, a que se junta uma diminuição do número de indivíduos presos por infracções à lei da droga, decorrente da despenalização do consumo.

No caso da droga, o estudo confirmou a percepção de partida. Os custos sociais com a toxicod dependência em Portugal diminuíram 12% entre a entrada em vigor da lei e 2004. Apesar de um aumento dos custos com o tratamento de toxicod dependentes, o Estado viu diminuir outros custos associados ao fenómeno (ver texto ao lado).

### Pressuposto contrariado

Já no caso da lei das propinas, o resultado da avaliação feita pela Universidade Católica contrariou o pressuposto de partida. O principal impacto dessa mudança foi um aumento do número de estudantes a frequentar o ensino superior nos anos seguintes, conclui o estudo. Se no curto prazo a nova lei fez aumentar os custos do ensino superior para as famílias e para a administração central, o impacto a médio prazo é benéfico para ambas as partes.

“Os alunos que saem das universidades têm, face a alunos apenas com o secundário, um acréscimo salarial bastante significativo”, explica Gonçalves. Salários mais altos são um benefício para o próprio, mas também para o Estado, que arrecada mais impostos e arrecada mais contribuições para a Segurança Social. Este aumento na cobrança permite ao país recuperar o investimento feito, assegura.

A avaliação que é feita da introdução das propinas no ensino superior vale para a lei de 1997, alerta o investigador. Este impacto pode não continuar a ser o mesmo nas alterações legais que se seguiram. Apenas um novo estudo podia averiguar os impactos dessa alteração legal face às condições económico-sociais que a sua implementação encontrou.

O investigador da Católica avisa também que é impossível fazer extrapolações entre a alteração de 1997 e a possibilidade de introdução de propinas no ensino superior, que tem sido discutida. A metodologia pode ser transposta, mas as conclusões “não serão necessariamente as mesmas”, defende Ricardo Gonçalves. Ainda assim, diz ser possível fazer a análise de uma eventual mudança como essa antes da entrada em vigor de qualquer alteração, permitindo antecipar consequências. Um trabalho que antevê ser “simples” e até “bastante célere”.